



Para deputado, CPFL está extorquindo os cidadãos.

O deputado paulista Pedro Tobias (PDT) apresentou representação ao Ministério Público pedindo a abertura de inquérito civil contra a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Tobias alega que depois da privatização, a CPFL está embutindo uma alíquota de ICMS maior que o permitido nas contas de luz.

A lei determina que a cobrança deve ser de 25% sobre o valor de consumo. Um levantamento feito pelo deputado mostra que a Companhia estaria aplicando uma alíquota de 33,35%.

Para Tobias, a CPFL está extorquindo a população sorrateiramente, porque os valores cobrados passam despercebidos. O deputado afirmou que a irregularidade tem a conivência do governo estadual, que seria, em última análise, o detentor do crédito.

“É uma atitude imoral que demonstra desrespeito e má-fé sem que o Estado tome qualquer providência”, afirmou o deputado. A representação pede também que a CPFL devolva aos consumidores toda a quantia paga indevidamente.

Date Created

05/07/1999